



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681302 - SP (2021/0226082-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ECIO DE REZENDE TEREZA FILHO
ADVOGADO : ECIO DE REZENDE TEREZA FILHO - SP388633
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL DA SILVA HUMBINGER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL DA SILVA HUMBINGER em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2119386-58.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta ausência de fundamentação idônea, bem como dos requisitos para a decretação da prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP, até julgamento final do presente *writ*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente